EVASÃO ESCOLAR NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB: NA COMPREENSÃO DOS GESTORES EDUCACIONAIS

Marillia Gabriella Duarte Fialho*
Emília Maria da Trindade Prestes**

RESUMO

Este artigo apresenta dados de um estudo realizado junto aos gestores educacionais do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campus I, que teve como objetivo identificar as principais causas de evasão escolar, a partir do estudo de caso do curso de Pedagogia, na modalidade presencial. Foi feito um recorte temporal do período de 2007 a 2012, que corresponde ao processo de expansão da educação superior no Brasil e, portanto, as políticas de acesso e democratização do ensino superior público foram objeto de análise desse estudo. Foram analisados os dados da evasão escolar no âmbito da UFPB, do Centro de Educação/Campus I, do curso de Pedagogia. Estas informações foram coletadas junto aos gestores educacionais deste Centro sobre as possíveis causas da evasão escolar no curso de Pedagogia. Segundo a amostra analisada, chegou-se à conclusão de que os gestores educacionais reconhecem as causas da evasão escolar no curso de Pedagogia atribuindo parte da responsabilidade para os alunos que não estão preparados para freqüentar o ensino superior e por outro lado reconhecem que a universidade também não está preparada para receber e apoiar a permanência da nova demanda social.

Palavras-chave: Educação Superior. Democratização do acesso. Evasão escolar.

1 INTRODUÇÃO

A evasão é considerada um fenômeno complexo e de ampla abrangência, uma vez que, alcança que todos os níveis educacionais e traz consequências negativas para todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Em se tratando da educação superior pública os estudos revelam a dimensão dessa problemática no cenário educacional e social, apresentando índices preocupantes de abandono escolar no ensino superior e consequentemente prejuízos econômicos e sociais aos sujeitos envolvidos.

Os prejuízos provocados pela evasão escolar atingem os estudantes, a instituição, a sociedade e o governo. Assim como altera os aspectos emocionais, psicológicos, humanos e financeiros, refletindo direta e indiretamente na sociedade, provocando a ausência de capital humano qualificado para o mercado de trabalho e contribuindo para a elevação das taxas de desemprego e ampliando as desigualdades sociais.

* Possui Graduação em Gestão Comercial pela Faculdade de Tecnologica Uniuol (2010). Atualmente é estudante da Universidade Federal da Paraíba do Mestrado Profissional em gestão das Organizações Aprendentes
** Doutorado em Estudios Latinoamericanos - Universidad Nacional Autónoma de Mexico (1992). Professora Associado IV da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: prestesemilia@yahoo.com.br

Nesse âmbito da evasão escolar surge a necessidade de se investigar as causas do abandono na educação superior, especificamente no curso de Pedagogia da UFPB, Campus I, no período de 2007 a 2012. Vale salientar, que este período foi marcado pelo processo de expansão da educação superior no Brasil, que se efetivou a partir da implementação de políticas voltadas para a democratização do acesso à educação superior por meio da adoção de medidas e programas governamentais destinadas a ampliação do acesso através da oferta de vagas, como os Programas Prouni, Fies e Reuni.

Os programas citados aumentaram o acesso à educação superior, assim como, criaram novos cursos e ampliaram o número de IES como mostra o MEC/INEP/DEAES (1996 a 2010) apud Branco e Jezine (2013), ao considerar que em 1996 existia no Brasil 922 IES, sendo 711 privadas e 211 públicas e em 2010 esse número passou para 2.378 IES. Nesse âmbito da expansão escolar, a evasão escolar é o fator que leva as falências das politicas públicas. Assim, a relação democratização e evasão escolar acontecem, pois, os estudiosos consideram que houve a elevação dos índices de evasão devido à democratização.

Estima-se que uma das causas da evasão é a falta de apoio para a permanência dos estudantes, visto que, a evasão constitui-se de um entrelaçamento de causas, onde um fator pode levar a outro, o que dificulta à elaboração de um programa unificado de combate a evasão na educação superior. Tendo em vista, que a evasão escolar configura-se em três etapas, inicialmente com as modalidades, seguido dos tipos e por fim com as possíveis causas da evasão. Em síntese, a evasão pode ser melhor compreendida quando se consegue as respostas das seguintes perguntas: Quando? Como? Por que a evasão ocorreu?

A evasão na literatura nacional encontram-se poucos trabalhos sobre o fenômeno, e geralmente os existentes apontam as causas da evasão na perspectiva de que o aluno é o único responsável pela saída do ensino superior. Por esse motivo, Vicent Tinto (1975, 2006, 1973) trouxe contribuições acerca da evasão onde o aluno não é o único responsável, mas a instituição de ensino, em que se encontra matriculado, também tem uma parcela de responsabilidade. Nesse âmbito, os estudiosos como Tinto (1975, 2006, 1973), Freitas (2007), Moehlecke (2007), Lobo (2012), Andriola (2009), Adachi (2009), Scali (2009), Pereira Júnior (2012) e Polydoro (2000) favoreceram a compreensão da evasão na educação superior.

O estudo utilizou-se da perspectiva metodológica qualitativa, adotou como procedimentos para coleta e análise dos dados a entrevista semi-estruturada e a aplicação de questionários abertos. Todas as entrevistas foram direcionadas intencionalmente para os

gestores do centro de educação, assim como coordenadores, na tentativa de elaborar estratégias de minimização da evasão no curso de Pedagogia.

2 DEMOCRATIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

No âmbito das instituições de ensino superior pública, encontram-se vários programas com o objetivo de ampliar o acesso, para que todos tenham direito a uma educação superior gratuita e de qualidade. As variadas formas de acesso à educação superior foram denominadas de democratização. Arruda (2011) conceitua democratização como um conjunto de intenções e percepções, na perspectiva singular de cada sujeito. Em razão disso a democratização é considerada como o apoio a educação superior e ressalta que é essencial que se tenha a compreensão de que a educação é um direito social, um bem público e dever do Estado.

Diante do exposto, conceitua-se democratização como o conjunto de políticas públicas educacionais, que analisa a situação da educação em todos os níveis e elabora propostas pensando na melhoria da coletividade, nos aspectos sociais, culturais, educacionais e econômicos. Com isto, entende-se que a universidade é um patrimônio público e a educação parte deste fundamento para que se possa compreender a democratização do acesso. Visto que, a educação superior tem o papel de desenvolvimento social, pois, está contribuindo para a formação humana da população e minimização das desigualdades sociais.

Nesse contexto, a democratização de acesso à educação superior possui características particulares, como a inclusão social, o respeito à diversidade cultural, o desenvolvimento social, a ampliação do número de matriculados no nível superior e a LDB veio para designar metas e parâmetros para o acesso à educação superior que devem ser cumpridos pela totalidade (SAVIANI, 2011). Direcionando a educação superior para a descentralização, controle e padronização dos processos avaliativos, administrativos e sociais das instituições de ensino superior (PINO, 2008).

O governo federal vem implementando, desde 2004, políticas públicas voltadas para a democratização e acesso do ensino superior por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE, que tem como objetivo fazer da educação superior um elemento-chave da integração e da formação do Brasil como nação (BRASIL, 2007). Assim, destacamos as seguintes iniciativas emanadas do PDE: Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades – REUNI; Plano Nacional de Assistência Estudantil; ampliou o prazo do

Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES; aumentou o Programa Universidade para Todos – PROUNI e por fim, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

2.1 PROUNI, FIES e REUNI

Para o ensino superior privado destacam-se dois programas que ampliaram o acesso para milhares de estudantes, intitulados Programa Universidade Para Todos e Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. O PROUNI foi regido sob a Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005) e refere-se à concessão de bolsas de estudos integrais e parciais de 25% a 50% para os alunos de graduação ou cursos de formação específica, apenas em instituições de ensino superior da rede privada que estejam dentro dos padrões exigidos pelo decreto.

O FIES se evidenciou como estratégia para atender a demanda por cursos superiores, e as diversas instituições privadas de ensino superior no Brasil aderiram ao FIES. Na cidade de João Pessoa- PB cerca de 17 IES aderiram ao programa, de um total de 22 IES. O que possibilita aos estudantes mais opções na hora de escolher o curso e a instituição, demonstrando a importância desses dois programas para fornecer mais acesso aos alunos que não tem condições de ingressar e permanecer na educação superior. Para os estudantes terem acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES eles precisam realizar o Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, atingir a pontuação necessária e realizar o vestibular da IES que escolher.

O REUNI consistiu num programa de apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007). Criado e implantado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A expansão estava associada a mudanças de ordens acadêmicas e curriculares, proporcionando a mobilidade estudantil, a minimização da taxa de evasão e as trajetórias acadêmicas menos rígidas. O Programa teve como objetivo possibilitar condições de acesso à educação superior pública, no nível de graduação, e como meta global aumentar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e o número de alunos por professor para dezoito (BRASIL, 2007).

No decorrer de sua implementação o programa precisou administrar alguns problemas relacionados como a redução da taxa de evasão, a ocupação de vagas ociosas e a reorganização dos cursos de graduação, essas vertentes provocaram um impacto negativo, de

ordem global, para a educação brasileira. A preocupação com a evasão se deu por causa dos danos que afetam o contexto educacional e todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, não se pode pensar apenas no acesso e sim nas condições adequadas e suficientes para que o aluno obtenha o título de graduado.

3 EVASÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Na tentativa de conceituar a evasão escolar optamos por relacionar a visão de vários teóricos acerca do tema. Tinto (1975) define abandono escolar quando o aluno deixa a IES e nunca recebe o diploma. Morosini et al. (2011) *apud* Gaioso (2005) diz que a evasão é a interrupção no ciclo dos estudos, em qualquer nível de ensino. A Comissão Especial de Evasão (1996) do Ministério da Educação declara a evasão como à saída definitiva do curso de graduação de origem, sem concluí-lo. Para Scali (2009) o aluno efetua o abandono quando o mesmo não finaliza o curso em uma primeira modalidade, se inscreve em uma segunda e não finaliza. Pereira Júnior (2012) no seu estudo sobre o compromisso com o graduar-se, com a instituição e com o curso aponta a evasão como a perda de parte do corpo discente durante o ciclo de estudos. Adachi (2009) define evasão como sendo o momento em que o aluno deixa o curso sem concluí-lo. Javier e Mallada (2011) trabalham na perspectiva de que a evasão é a falta de atendimento as necessidades do alunado, que justificadamente abandonam.

Compreende-se, pelos conceitos expostos, que a evasão escolar é uma interrupção no processo de escolarização do estudante impossibilitando a conclusão do curso. Portanto, é preciso que a instituição de ensino esteja atenta as necessidades do alunado de modo a identificar e minimizar os motivos que podem levá-lo ao abandono seja problemas de ordem pessoal, curricular, econômica, institucional ou profissional.

3.1 ETAPAS DA EVASÃO ESCOLAR: MODALIDADES, TIPOS E CAUSAS

A evasão escolar pode ser classificada em três etapas, inicialmente com as modalidades do abandono que se caracteriza por mapear o tempo em que aconteceu a evasão. A segunda etapa envolve os tipos de abandono que vai apontar como os alunos saíram da IES e por fim às causas da evasão, identificando o porquê da saída. No âmbito das modalidades Freitas (2007) apud Santos (1994) divide esse processo em duas *modalidades*, a evasão imediata e tardia. A primeira trata da decisão já consumada e a segunda acontece

gradativamente. Já Polydoro (2000) define dois aspectos sob os quais a evasão pode ser analisada, a evasão temporária e a evasão definitiva, ou ainda, evasão reversível e irreversível, sendo que, na primeira situação vai depender da instituição salvar os alunos que manifestam o interesse em se evadir, procurando desenvolver estratégias que motivem a permanência dos alunos na instituição.

Quanto à modalidade irreversível, a instituição pode até tentar, mas não consegue manter o aluno em seu estabelecimento educacional. Na esfera da educação superior, os tipos de evasão vão de acordo com cada instituição de ensino superior que pode adotar a nomenclatura que desejar para cada tipo de evasão. A esse respeito, Silva Filho et al. (2007) e Scali (2009) apresentam as seguintes denominações: "cancelamento a pedido do aluno", pois, se trata do desejo do discente em cancelar o curso no qual está matriculado e "cancelamento a pedido da instituição". Adachi (2009) intitula de "evasão por solicitação da IES". Lobo (2012) salienta a questão da "transferência para outra instituição", embora, continue no mesmo curso (FIALHO, VIEIRA e PRESTES, 2013).

Scali (2009) reporta a questão da "transferência interna e externa". Moehlecke (2007) destaca o "desligamento voluntário" e esta decisão vai de encontro com os objetivos do aluno como explica Scali (2009). Goiris, Reinert e Gubiotti, (2012) e Lobo (2012) identificaram o "trancamento" como um tipo de evasão e a "desistência" é outro tipo de evasão, onde as causas do abandono são atribuídas ao discente. (Baggi, 2010, p.45; Scali, 2009).

De todo modo, além dos tipos de evasão faz-se necessário conhecer e identificar o máximo possível das *causas que levam os alunos a abandonar* o curso de graduação. Segundo Bruns (1985), é possível minimizar a evasão sendo que, para chegar a limites mínimos é necessário conhecer as causas que direcionaram para essa problemática, visto que, os motivos variam conforme o aluno e a subjetividade particular. Dentre as causas da evasão apontadas pelos diversos teóricos (Fernandes (2010, Morosini (2011), Baggi (2010), Silva Filho (2009) e Bruns (1985) destacam-se: a deficiência na educação básica que interfere direta e indiretamente no ensino superior que gera a desmotivação e insatisfação do aluno, não só com o curso escolhido, mas com a instituição e o sistema educacional como um todo; os contratempos vivenciados ao longo do curso, como a repetência e a reprovação, apontadas como possível causa de evasão. Isso ocorre, devido ao impacto da cultura e da rotina institucional (Fialho e Prestes, 2013) que difere da cultura escolar do ingressante (SCALI, 2009).

De todo modo, os estudantes precisaram se adequar a metodologia do curso (BAGGI, 2010; SILVA FILHO, 2009), ao currículo rígido das universidades (MOROSINI et al. 2011; SILVA FILHO, 2009; BRUNS, 1985) e aos métodos de avaliação adotados pelas IES. Nessa perspectiva, a ausência de integração acadêmica (MOROSINI et al. 2011) ou de laços afetivos, como amizade pode levar ao abandono. Como também, a presença destas relações pode conduzir a motivação para enfrentar as possíveis diversidades que possa vir a acontecer.

Ressalta-se ainda, que os estudos sobre o abandono no ensino superior se restringem a uma descrição do processo de construção do saber, sem identificar as características dos estudantes, e sem analisar o porquê da não permanência do alunado na IES (Moehlecke, 2007). É nessa visão que Vicent Tinto elabora o modelo de integração acadêmico e social, atribuindo as IES uma parcela da responsabilidade de o aluno se evadir. Bruns (1985) justifica essa situação, pois, assim como os alunos não estão preparados para a universidade, a IES não está preparada para receber esse alunado ingressante. Essa falta de preparo gera danos e prejuízos para todos os envolvidos.

4 DANOS E PREJUÍZOS CAUSADOS PELA EVASÃO

No âmbito dos prejuízos econômicos Baggi (2010), Castro e Malacarne (2011) apud Holanda (2007) demonstram que as perdas atingem o aluno que não concluiu o curso, o professor que não se efetiva enquanto docente e a IES (LOBO, 2012; TESTEZLA, 2010). Pereira Júnior (2012) argumenta sobre os prejuízos para o poder público. Lobo (2012) retrata os prejuízos do ponto de vista dos recursos humanos e materiais, como também a perda de tempo dos envolvidos como, alunos, professores, instituição e a sociedade.

Os prejuízos na esfera do estudante variam conforme a subjetividade e escala de prioridades de cada um. Quando o aluno não se diploma vem à tona diversos sentimentos como, a desmotivação, medo do futuro, insegurança, frustração, conformismo, passividade e o sentimento de fracasso, intitulado de abalo emocional, que se reverterá em sentimento de incapacidade intelectual para concluir qualquer curso (PPPI/UFBA, 2011; BAGGI, 2010; BRUNS, 1985; MCCUBBIN, 2003).

Provavelmente devido ao contexto externo e educacional que está inserido, o aluno irá se considerar como único culpado pelo fracasso, tendo em vista, que outros conseguem concluir (PEREIRA, 2003). Em síntese, a evasão escolar ocasiona para os evadidos dificuldades profissionais e de auto realização (BRUNS, 1985). A tabela 1 apresenta um

resumo das principais consequências que a evasão pode causar ao estudante nas áreas psicológicas, físicas, educacionais e sociais:

Tabela 1 - Principais consequências da evasão no âmbito discente.

Psicológicas	Depressão	Ideias suicidas	Baixa tolerância
	Ansiedade	Condutas Paranoicas	Cinismo
	Obesidade e Fobia	Sentimento	Condutas atípicas
Físicas	Fadiga crônica	Tensão muscular	Alterações no sono
	Somatizações	Gastrite e Úlcera	Hipertensão
Escolares	Atitudes negativa para as tarefas	Diminuição do rendimento	Abandono
Interpessoais	Incapacidade para realizar um trabalho rigoroso	Insatisfação	Desmotivação
	Diminuição da qualidade de vida	Falta de interesse social	Irritabilidade

Fonte: Javier e Mallada (2011)

No contexto social, a evasão atinge a todos indistintamente de maneira direta e indireta. Consequentemente, quando o aluno não conclui o curso, acontece perda econômica, social e temporal. O desemprego é consequência da perda social e impacta no crescimento da economia e amplia a desigualdade na sociedade (TESTEZLA, 2010; ADACHI, 2009 APUD GAIOSO, 2005).

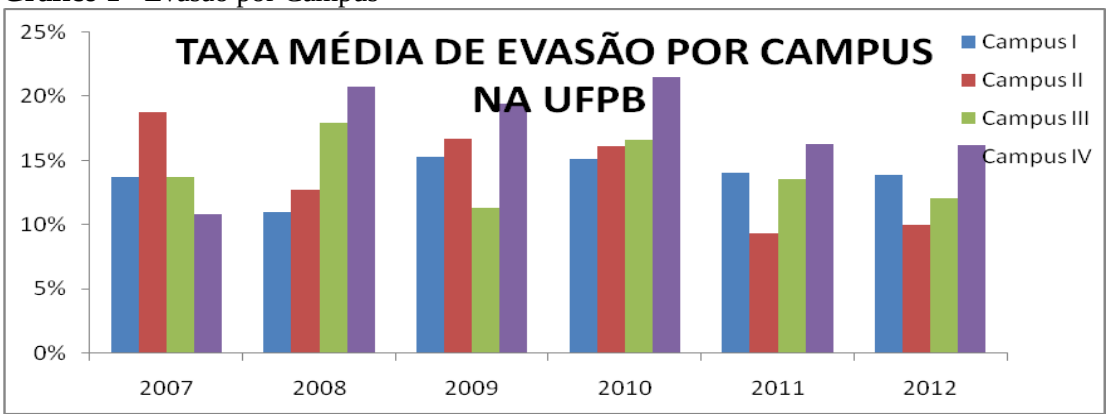
A falta de retorno financeiro para a população demonstra que o investimento não está rentabilizando, e isso inviabiliza o crescimento local, regional e/ou nacional. Nesse caso, resta questionar como tem sido aplicado o recurso destinado a educação, considerando que o Brasil gasta em torno de 5,8% do PIB apenas na educação pública.

5 PANORAMA GERAL DA EVASÃO ESCOLAR NA UFPB

Dentro do contexto da evasão escolar, percebe-se a importância de estudar a evasão escolar nas universidades federais do Brasil. Visto que, este é um fator que pode levar à falência as propostas de acesso e permanência das universidades. Pensando nisso, o Núcleo Avançado em Experimentação e Pesquisas Estatísticas, constituídos, pelos pesquisadores Hemílio Fernandes Campos Coelho e Camila Ravena de Oliveira, realizaram um estudo quantitativo da evasão na UFPB. Nesse estudo, foram considerados apenas os alunos da graduação nas modalidades presencial e à distância.

Contudo, torna-se indispensável informar que foram encontradas algumas inconsistências nos dados fornecidos pelo NTI-UFPB para que Coelho e Oliveira (2014) pudessem realizar os cálculos de abandono na universidade. Provavelmente por causa de cursos recém-criados ou extintos, dessa maneira, nem todos os cursos foram analisados pela pesquisa do Núcleo Avançado em Experimentação e Pesquisas Estatísticas da UFPB. Dessa forma o cenário da evasão na UFPB, no período de 2007 a 2012, por campus, é apresentado no gráfico abaixo:

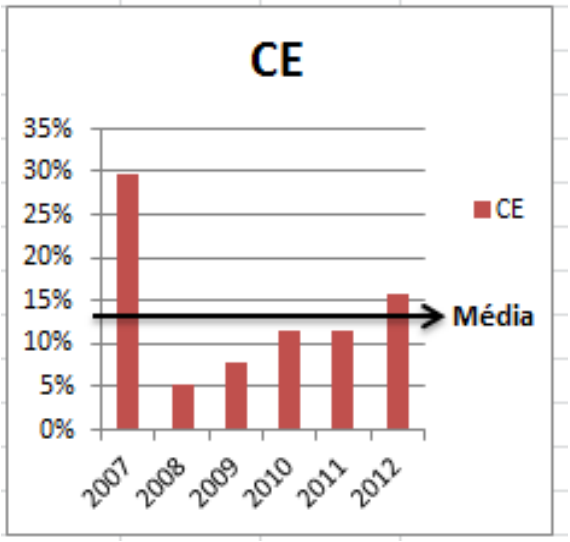
Gráfico 1 - Evasão por Campus



Fonte: NAEPE - UFPB (2014).

Os dados acima revelam uma oscilação no índice de evasão escolar por Campus da UFPB nos quatro primeiros anos e uma certa estabilidade e redução desses índices em 2011 e 2012, permanecendo ainda com uma elevada taxa de abandono. Vale salientar que nesse período (2007 a 2012) a UFPB aderiu ao Reuni, que proporcionou a criação de novos cursos, centros e ampliação da estrutura fisica, do corpo docente, técnico e profissonais da educação, somando-se para a UFPB um total de dezesseis Centros (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2012).

Gráfico 2 - Evasão no Centro de Educação no Período Reuni



Fonte: NAEPE (2014)

O gráfico acima demonstra que o Centro de Educação teve um "boom" na evasão no ano de 2007 quando alcançou o índice máximo de evasão num total de 29,74% e a taxa mínima de 5,13% logo no ano seguinte, em 2008. Este é um movimento considerado abrupto, ou aleatório, mas que está passível de compreensão, quando se consegue identificar as possíveis causas que levaram os alunos a se evadirem. Desse modo, a média de evasão no período de 2007 a 2012 foi de 13,61% no Centro de Educação e o seu desvio padrão estava em torno de 7,94%, ou seja, abaixo da média. O que implica informar que a estimativa do índice de evasão na UFPB está próxima da realidade.

5.1 A EVASÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA NO PERÍODO DO REUNI

Segundo dados do Núcleo de Tecnologia e Informação - NTI, no período de 2007 a 2012 o Curso de Pedagogia registrou um total de 1.597 alunos matriculados, enquanto que o número de evadidos girou em torno de 828 alunos, apenas do curso de Pedagogia. Se levarmos em consideração que cada estudante tem um custo para a universidade e segundo o Relatório de Gestão de 2012, este valor gira em torno de R$ 14.237,67 por ano, ao multiplicarmos pelo número de evadidos no período Reuni chegaremos ao tamanho do prejuízo econômico que a evasão causou ao Centro de Educação, aos estudantes, a instituição e a sociedade. O montante de recursos desperdiçado, cerca de R$ 11.788.807,32, poderia ter sido investido em outros alunos ou programas de apoio aos estudantes, docente da universidade, estrutura física e etc.

Portanto, é preciso estabelecer algumas estratégias de minimização destes índices de evasão e a primeira passa pela identificação das principais causas, para com base nelas minimizar o problema. Nessa perspectiva, a UFPB ligada ao Reuni propôs um Programa de Incentivo ao Aumento da Taxa de Sucesso - PITS, o programa realizou o diagnóstico sobre a evasão e/ou trancamento em seus respectivos cursos de graduação, na ótica dos coordenadores de cursos. O PITS divulgou o índice geral de evasão da UFPB, com as principais causas:

A1. ???

B2. ????

C3. Número de estudantes ???? (baixo ou alto)

D4. ????

E5- Dificuldades na relação aluno-professor entre outras causas.

F6. Acervo das bibliotecas

G7. Pouca identificação com o curso.

H8. Facilidade no trancamento tanto parcial como total do curso.

I9. Problemas financeiros e incompatibilidade de horário acadêmico com o trabalho.

J10. Dificuldade no acompanhamento das disciplinas.

K11. ????

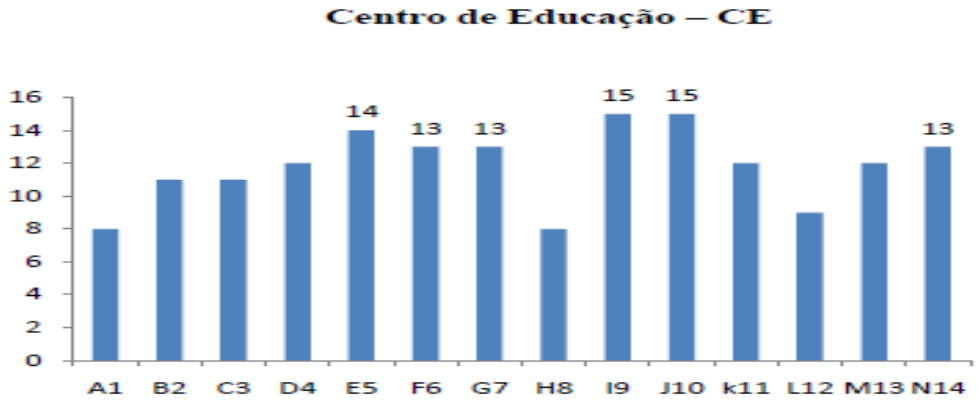
L12. Ausência de limite no número de reprovações por falta.

M13. Estrutura física do curso inadequada.

N14. Equipamentos de laboratórios insuficientes.

Tomando como referência o relatório do PTIS em que os coordenadores dos cursos analisam as principais causas da evasão e/ou trancamento nos cursos de graduação da UFPB – 2013 por Centro, destaca-se como objeto de análise o gráfico 3 em que apresenta a situação específica do Centro de Educação, chamando a atenção para seis causas que tiveram mais incidência no diagnóstico dos coordenadores.

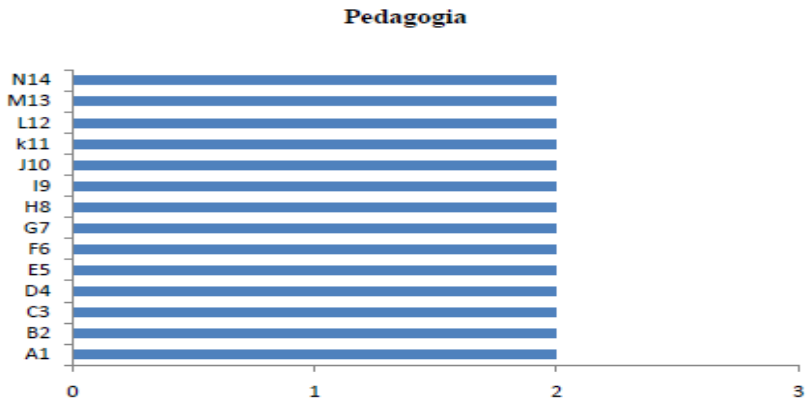
Gráfico 3 - Principais causas da evasão e retenção do CE/UFPB.



Fonte: PITS, 2013.

Quanto ao Curso de Pedagogia, o gráfico 4, traz uma problemática generalizada, ou seja, todas as causas da evasão escolar apontadas no diagnóstico apresentam-se com o mesmo grau de importância o que requer da instituição universitária, como um todo, uma intervenção imediata nas diversas áreas. As causas apontam problemas relacionados à área administrativa, pedagógica, curricular, além da insuficiência de equipamentos e materiais nos espaços destinados ao estudo e a pesquisa, afetando diretamente o discente que precisa responder em tempo hábil as demandas acadêmicas, mas falta-lhes apoio necessário.

Gráfico 4 - Principais causas da evasão no Curso de Pedagogia



Fonte: PITS, 2013.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Este estudo tem como objetivo identificar as possíveis causas de evasão no curso de Pedagogia, na visão dos gestores educacionais (coordenadores e diretores) que atuam no Centro de Educação- CE da Universidade Federal da Paraíba, adotando como percurso metodológico o estudo de caso. Conforme ressalta Sampieri, Collado e Lucio (2006) o estudo de caso, é a escolha do objeto que será estudado que pode ser desde uma pessoa até uma organização entre muitos outros elementos.

Esta pesquisa se desenvolve na perspectiva da abordagem metodológica qualitativa e quantitativa. Sendo que a primeira procura adequar o conhecimento da realidade dos sujeitos através dos seus significados, por meio das atitudes, comportamentos e motivos (GONZALEZ, 2011 et. al. apud ZANELLA, 2006). Entende-se que, a pesquisa qualitativa é um evento que pode ser compreendido na sua totalidade e no contexto em que acontece o fato. Dessa maneira, permite captar a subjetividade das pessoas envolvidas.

A pesquisa quantitativa consiste no registro sistemático, válido e confiável de comportamento ou conduta manifestado (SAMPIERI, COLLADO E LUCIO, 2006). Haynes (1978) afirma que este método é o mais usado por aqueles que estão orientados pelo comportamento. Dessa forma, pode determinar a aceitação de um dado grupo com relação ao objeto. Ademais, conforme foi citada a pesquisa caracteriza-se, como um tipo de estudo de caso e de levantamento, composto de questionário empírico que tem como objetivo investigar um fenômeno atual inserido no seu contexto real. Além disso, possui características exploratórias, com o objetivo de alargar o conhecimento a respeito de uma determinada adversidade (YIN, 2001).

Assim, na tentativa de entender a realidade na qual a pesquisa esta inserida, buscou-se, informações e dados dos fatos vivenciados na instituição em debate - objeto de estudo, CE da UFPB - visando associar a teoria e a pratica, confirmando que de fato as causas da evasão escolar são diferentes para cada centro escolar, mesmo dentro da mesma instituição.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

A Universidade Federal da Paraíba foi constituída no ano de 1955, mediante a Lei Estadual nº 1.366 de 02 de dezembro do corrente ano, inicialmente a universidade surgiu da união de algumas escolas superiores até então isoladas (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2008;

2010). Transformou-se em instituição federal no ano de 1960, por meio da Lei n° 3.835 de 13 de dezembro deste mesmo ano (AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2010). Através da referida Lei a UFPB adquiriu uma estrutura de padrão universitário, embora, até o momento se localizasse apenas nas Cidades de Campina Grande e João Pessoa (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010).

Com a Lei nº. 10.419 de 09 de abril de 2002 aconteceu a separação da UFPB, criando a Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, na qual passaram a ser parte integrante os Campus de Cajazeiras, Patos e Souza, conforme a Avaliação Institucional (2008). Enquanto, que a UFPB situada em João Pessoa, compõe-se dos Campus de Areia e Bananeira. Sendo que, no ano de 2005 acrescentaram-se os Campus no litoral norte, nos municípios de Mamanguape e Rio Tinto (RELATÓTIO DE GESTÃO, 2010). No decorrer da trajetória, surgiram novos Centros de Educação, novos Campus, novas Pró-reitorias, entre outras mudanças que transformaram à universidade que hoje é apresentada a sociedade e considerada a maior do nordeste (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010).

Atualmente o Campus I da UFPB é composto por treze (13) Centros sendo eles: Centro de Ciências Exatas e da Natureza- CCEN, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes- CCHLA, Centro de Ciências Médicas- CMM, Centro de Educação –CE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas- CCSA, Centro de Tecnologia – CT, Centro de Ciências da Saúde- CCS, Centro de Ciências Jurídicas- CCJ, Centro de Biotecnologia – CBIO, Centro de Comunicação, Turismo e Arte- CCTA, Centro de Energias e Alternativas Renováveis – CEAR e Centro de Informática.

6.1.1 O CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFPB - CAMPUS I

O Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba é um órgão setorial, com funções deliberativas e executivas em nível intermediário de administração (UFPB, 2013). Este foi instituído durante o reitorado do Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, baseado no art. 15, alínea “e”, do Estatuto da Universidade. O Centro por sua vez, foi aprovado pelo Parecer nº 6.710/78 do CFE, sendo homologado por despacho do Exmº Sr. Ministro da Educação e Cultura (Processo nº 241.921/78) e publicado no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 1978.

Aprovado seu Regimento pelo Conselho Universitário – conforme Resolução nº 72/79, de 23.02.79 – e, tendo em vista o pronunciamento favorável do CONSEPE em sua reunião de

14.02.79, o Conselho de Centro reuniu-se, pela primeira vez em 16.03.79. Atualmente, o Centro de Educação é formado por seis departamentos: Educação, Habilitação Pedagógica, Metodologia da Educação, Mídias da Educação, Psicopedagogia e Ciências da Religião.

6.1.2 O CURSO DE PEDAGOGIA

O Curso de Licenciatura em Pedagogia tem como objetivo à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, e/ou na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: planejamento, execução, coordenação, acompanhamento, avaliação de projetos próprios do setor da educação e produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

6.1.3 COLETA DE DADOS

Essa pesquisa adotou dois instrumentos de coleta de dados, a entrevista gravada e a aplicação de questionário estruturado com questões abertas. Inicialmente a entrevista foi realizada com os gestores do Centro de Educação, coletando informações a respeito das principais causas da evasão escolar. Assim, Gonzalez (2011) *apud* Godoi e Mattos (2012, p. 303), afirma que é na entrevista onde a participação do entrevistado e do entrevistador conta com ambas as expectativas.

Num momento posterior foi aplicado um questionário estruturado com três questões subjetivas para três do Centro de educação, abrindo espaço para que os mesmos expusessem seu ponto de vista com relação à temática em questão. Para finalizar, os dados coletados por meio do questionário foram analisados de forma comparativa, entre as respostas dos envolvidos. Observando a frequência das respostas de cada pergunta. Essa fase da pesquisa preocupa-se em analisar, descrever e interpretar os dados.

6.1.4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Diante de todas as possíveis causas de evasão escolar no curso de Pedagogia da UFPB na visão dos gestores educacionais do Centro de Educação, foram elencadas quatro principais causas entre as mais citadas pelos entrevistados, conforme descrição abaixo:

1. Desvalorização do Profissional de Educação;
2. Conciliar Trabalho e Estudo;
3. Classe Social "C";
4. Estrutura do Currículo.

A desvalorização do profissional de educação, segundo os gestores, é um fator que provoca desestimulo para o exercício da atividade e a partir dessa concepção os estudantes passam a prestar vestibular para outro curso com mais prestígio social e financeiro. Os participantes alegam que a desvalorização da profissão existe porque as políticas públicas educacionais brasileiras não estimulam o profissional da educação a buscarem a formação como licenciaturas e dessa maneira acabam abandonando o curso.

A segunda causa é conciliar o trabalho e os estudos, conforme a percepção dos gestores entrevistados o perfil do alunado contemporâneo do curso de pedagogia, geralmente é de trabalhadores, ou seja, são pessoas com responsabilidades familiares, profissionais e que precisam trabalhar mesmo que seja em outra área de atuação, que não seja a área de educação, para que assim, possam se manter no curso. O trabalho afeta os estudos de diversas maneiras, como: horários incompatíveis, localização do trabalho, carga horária excedida, falta de tempo para estudar, doenças e etc.

Dentro desse contexto, a evasão escolar passa a ser um desafio constante de superação no caminho do alunado trabalhador, visto que, o processo de escolarização impõe muitas dificuldades. Principalmente para os alunos da classe C, que segundo os entrevistados, a evasão torna-se um fator que dificulta ainda mais a conclusão do curso, porque esses alunos vão precisar de apoio financeiro, psicológico e pedagógico. Na verdade, seria um acompanhamento do aluno, para suprir as suas necessidades, visto que, as condições financeiras, materiais, culturais e familiares são precários. Favorecendo ainda mais a elevação dos índices de evasão escolar.

E por fim, a última causa da evasão escolar apontada pelos gestores no curso de Pedagogia trata da estrutura curricular do curso, pois, uma parcela significativa se encontra

desatualizada e possivelmente não faz corretamente a relação teoria e prática. Essa ausência de relação entre teoria e a prática provoca no aluno insegurança para atuar no mercado de trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a importância de se identificar as possíveis causas da evasão escolar no curso de pedagogia como ferramenta, ou estratégia para minimizar este fenômeno que leva ao fracasso não só o aluno, mas a instituição por não cumprir o seu papel social, humano e técnico. A evasão pode significar também como uma demonstração de insatisfação, revolta com o curso e a universidade. Por isso, os gestores precisam estar atentos aos sinais que os alunos transmitem, mas para isso os gestores educacionais podem utilizar instrumentos como questionários, como forma de prevenir ao futuro abandono.

Sendo assim, a evasão no curso de Pedagogia trata-se de um conjunto de fatores que compõem a decisão do estudante de se evadir. Faz-se necessário encontrar um equilíbrio entre Os interesses do aluno e da universidade, pois, são dois, contextos envoltos, por objetivos distintos e que a universidade enquanto IES precisa trabalhar com flexibilidade, agilidade e eficiência em prol do aluno. Já o estudante, por sua vez, precisa ter o cuidado desde o momento da escolha do curso porque pode ocorrer de o mesmo não se identificar com o curso e alegar desconhecimento do curso e se evadir.

Em síntese, o centro de educação identificou as principais causas de evasão do curso de pedagogia para que pudessem sanar as dificuldades e necessidades dos alunos e assim minimizar as taxas de evasão. Mas os gestores reconhecem que sozinhos não conseguem realizar muitas ações para combater a evasão, precisam da cooperação e colaboração de todos os profissionais da universidade e relatam que a mudança na UFPB se dá de maneira lenta e ineficiente, tendo em vista que afetará uma estrutura acadêmica que esta no mercado há mais de cinquenta anos.

Nesse contexto, sugere-se melhorias para a minimização da evasão escolar no curso de Pedagogia da UFPB que foram propostas pelos gestores do Centro de Educação. Inicialmente sugeriram a mudança de concepção da estrutura do Centro de Educação, em outras palavras, o professor é considerado o centro das atenções para a universidade, quando deveria ser o estudante, tendo em vista, que só existem servidores administrativos, técnicos e docentes por causa dos alunos. A segunda sugestão trata do aluno trabalhador, visto que, deveria oferecer

mais possibilidades de permanência no curso para os alunos que precisam trabalhar, como, mas flexibilidade na matrícula, realizar disciplinas em outro horário, aproveitar as disciplinas feitas e não deixar o currículo fechado em bloco. Desse modo, pensa-se em conseguir atender as necessidades de parte do alunado, considerando o perfil do estudante de Pedagogia.

REFERÊNCIAS

ADACHI, Ana Amélia Chaves Teixeira. Evasão e Evadidos nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2009.

ANDRIOLA, Wagner. Fatores Associados à Evasão Discente na Universidade Federal do Ceará (UFC) de Acordo com as Opiniões de Docentes e de Coordenadores de Cursos. Revista Iberoamericana sobre calidad, eficácia y Cambio em Educación (2009) v. 7, nº 4. ISSN: 1696-4713. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55114094018.Acesso em 09 de Dezembro de 2013 às 13h39min min.

ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. Políticas da Educação Superior no Brasil: Expansão e democratização: um Debate Contemporâneo. Espaço do Currículo, v3, n2, pp. 501-510. Setembro de 2010 a Março de 2011. ISSN 1983-1579. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec. Acesso em 01/11/2013 as 08:05.

Autoavaliação Institucional – Relatório 2010. Universidade Federal da Paraíba. CPA. SINAES. João Pessoa. Novembro de 2009. Disponível em: http://www.ufpb.br/avalies/sites/www.ufpb.br.avalies/files/Relatorio_Autoavaliacao_Institucional_2010.pdf. Acesso em 04 de Janeiro de 2014 às 14h05minhrs.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos. Evasão e Avaliação Institucional: Uma Discussão Bibliográfica. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação na área de Educação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas/SP. 2010.

BRUNS, Maria Alves de Toledo. Evasão Escolar: Causas e Efeitos Psicológicos e Sociais. 1985. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Psicologia Educacional. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 1985.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BASILEIRAS. Diplomação, Retenção e Evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. 1996. Disponível em www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002240.pdf. Acesso em 12 de Dezembro de 2013 às 11h35min.

DECRETO Nº 5.493, DE 18 DE JULHO DE 2005. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005. O Programa Universidade Para Todos – PROUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5493.htm. Acesso em 29 de Novembro de 2013 às 21h04minhr.

DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 17 de Março de 2014 às 09h14min.

FIALHO, Marillia Gabriella Duarte. VIEIRA, Maria das Graças. PRESTES, Emília Maria da Trindade. Cultura organizacional Algo Único e Distinto em um Contexto Particular: Um

Estudo de Caso na Universidade Norte do Paraná. Colóquio Internacional de Pesquisa em Educação Superior: Políticas de Inclusão e Igualdade Social. João Pessoa. 2013.

FREITAS, Katia Siqueira de. Gestão educacional e Evasão de Estudantes. Universidade Federal da Bahia. Setembro de 2007.
Disponível em; http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/225.pdf. Acesso em 16 de Dezembro de 2013 às 19h28minhrs.

GOIRIS, Murilo Cardoso. REINERT, José Nilson. GUBIOTTI, Bruno. Influência da Falta de Informação na Evasão Escolar na Percepção dos Coordenadores de Curso de Graduação do CCHS/UFMS. Iniciação Cientifica CESUMAR. V. 14. n. 2, p. 179-189. Novembro de 2012. Disponível em:
http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/iccesumar/article/viewArticle/2347.
Acesso em 14 de Dezembro de 2013 às 19h39minhr.

GRAY, David E. Pesquisa no mundo real. Tradução: Roberto Cataldo Costa; revisão técnica: Dirceu da Silva. 2. Ed. Porto Alegre: Penso 2012. 488p.

JAVIER, Francisco. MALLADA, Ribaya. La Gestióndel Absentismo Escolar. Anuario Jurídico y Económico Escurialense, XLIV (2011) 579-596/ ISSN: 1133-3677.

LEI Nº 10.419, DE 9 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10419.htm acesso em 17 de Março de 2013 às 09h02min.

LEI Nº 1.366, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1955. Cria a Universidade da Paraíba e dá outras providências. Disponível em: http://www.ufpb.br/sods/secretaria/Lei%201366.htm acesso em 17 de Março de 2013 às 09:09.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. Panorama da Evasão no Ensino Superior Brasileiro: Aspectos Gerais das Causas e Soluções. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Cadernos nº 25. Dezembro de 2012.
Disponível em: http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_087.pdf acesso em 09 de Dezembro de 2013 às 08h00minmin.

MOEHLECKE, Sabrina. Avaliação Institucional no Ensino Superior: Como Acompanhar a Trajetória dos Estudantes de Graduação?. 2007.
Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/401.pdf. Acesso em 16 de Dezembro de 2013 às 14h30minhr.

MOROSINI, Marília Costa et al. A Evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos *Qualis* entre 2000-2011. Porto Alegre/RS – Brasil. Faculdade de Educação – FACED. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. 10 f. p.1-10. 2011.

PEREIRA, Fernanda Cristina Barbosa. Determinantes da Evasão de Alunos e os Custos Ocultos para as Instituições de Ensino Superior: Uma Aplicação na Universidade do Extremo

Sul Catarinense. 2003. 172 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2003.

PEREIRA JUNIOR, Edgar. Compromisso com o Graduar-se, com a Instituição e com o Curso: Estrutura Fatorial e Relação com a Evasão. 2012. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP. 2012

PINO, Ivany. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In BRZEZINSKI, Iria (Org.). LDB: Dez anos depois: Reinterpretação sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. O Trancamento de Matrícula na Trajetória Acadêmica do Universitário: Condições de Saída e de Retorno à Instituição. 2000. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2000.

PROGRAMA PENSE, PESQUISE E INOVE A UFBA – PROUFBA. Edital Propci – Proext –Prop/UFBA 01/2011 – PROUFBA. Coordenação de Pesquisa e Criação, versão 2. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: http://www.moodle.ufba.br/ acesso em 11 de Novembro de 2013 às 12h03min min.

Relatório de Gestão: Exercício 2008. Ministério da Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, Março de 2008.

Relatório de Gestão: Exercício 2012. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, Março de 2011. Disponível em: http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/Relatorio-de-Gestao-2010.pdf. Acesso em 10 de Janeiro de 2014 às 20h46minhrs.

SAMPIERI, Roberto Hernández. COLLADO, Carlos Fernández. LUCIO, Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SAVIANI, Dermeval. A Nova Lei da Educação: LDB, Trajetórias, limites e perspectivas. 12 ed. Revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2011. – (Coleção educação contemporânea).

Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE.
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf. Acesso em 11 de novem de 2013 às 11h41minhrs.

SCALI, Danyelle Freitas. Evasão nos Cursos Superiores de Tecnologia: A Percepção dos Estudantes sobre seus Determinantes. 2009.140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2009.

SILVA FILHO. LOBO, Roberto Leal. HIPÓLITO, Oscar. LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. MOTEJUNAS, Paulo Roberto. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas. set/dez., 2007, v.37, nº 132.
Disponível em: http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_045.pdf. Acesso em 04 de Dezembro de 2013 às 11h32minmin.

TESTEZLAS, Roberto. Agricultural Engineering AtUnicamp: Undergraduate Student Dropout Analysis. Eng. Agríc. Jaboticabal, v. 30, n. 6, p. 1160-1164. Nov/dez 2010. ISSN 0100-6916. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eagri/v30n6/a16v30n6.pdf acesso em 11 de Dezembro de 2013 às 00h05minhr.

TINTO, Vicente. Dropouts from higher education: a theoricalsyntesis of recente research. Review of education research. Winter 1975. Vol. 45, n°.1, pp 89-125.

_____. Research and practice of student retention: what is next? Journal of college student retention, Vol. 8, No. 1 p. 1-19, 2006.

_____. Dropouts from higher education: a theorical syntesis of recente research. Review of education research. Winter 1975. Vol. 45, n°.1, p 89-125.